A Opinião como Perspectiva de Abordagem nos TJS JN e JC: Análise Contrastiva da Cobertura à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara[1]

Thaize Ferreira Macedo[2]

Adriana Tigre Lacerda Nilo[3]

Universidade Federal do Tocantins- UFT

RESUMO

Este artigo estabelece uma análise contrastiva do modo de presença da opinião, entendida como perspectiva de abordagem da notícia, em dois dos telejornais diários, de veiculação nacional: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão e o Jornal da Cultura, da TV Cultura. Analisamos a cobertura dos pronunciamentos da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, bem como as polêmicas geradas pelo tema. Como dispositivo teórico-metodológico, adotamos o conceito de centração tópica, identificando a concernência, a relevância e o foco dos textos veiculados entre os dias 11 e 13 de março de 2013. Consideramos a influência exercida pelo contexto sócio-político em função destes telejornais configurarem distintos modelos de televisão, respectivamente, o privado e o público e, por tal, apresentarem diferentes linhas editoriais.

Palavras-chave: Telejornalismo, modelos de TV, opinião na televisão, centração tópica na TV.

INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, as transformações de cunho social e econômico, assim como as inovações tecnológicas influenciam o jornalismo, de modo geral, provocando debates entre comunicólogos e mudanças de posturas por parte dos produtores de telejornais. Assim, a comunicação televisiva, transformada em comunicação-espetáculo (Brandão, 2002), causada pela mercantilização das notícias, exerce sua influência sobre a pretensão utópica dos profissionais da TV, de transmitirem a realidade nos telejornais.

Uma das críticas mais recorrentes ao telejornalismo atual é a falta de preocupação com a ampliação dos assuntos e com as diferentes perspectivas que uma notícia desencadeia. Este aspecto é visto como uma consequência do valor de mercado e da busca desenfreada pela audiência. Então, buscamos analisar como as perspectivas sobre um

[1] Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, no DT Jornalismo. evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

[2] Recém-graduada do curso de Comunicação Social- Jornalismo da UFT. Email:thaizemacedo@hotmail.com

[3] Orientadora. Profª Drª do curso de Comunicação Social- Jornalismo da UFT. Email: adrianatln@uft.edu.br

mesmo assunto são apresentadas em dois telejornais nacionais, Jornal Nacional e o Jornal da Cultura, considerando a abrangência e importância de ambos dentro de um sistema social caracterizado por ter na televisão um dos agentes de laço social e valorizador da identidade nacional.

Entendemos que comentários, análises e opiniões caracterizam-se como perspectivas de abordagem que configuram pontos de vista sobre os assuntos tratados, ampliando o espectro factual das notícias em determinados contextos. Desta forma, para realizar uma análise contrastiva dos diferentes pontos de vista dos telejornais Jornal da Cultura e Jornal Nacional, adotamos o conceito de *centração tópica,* como categoria de análise, pelo fato deste constituir-se dos seguintes aspectos: *concernência, relevância* e *foco.* Aspectos estes, considerados mais adequados à identificação dos pontos de vista dos citados telejornais na cobertura dos pronunciamentos da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara.

Acreditamos que, apesar de uma relativa perda de espaço da televisão para as redes sociais nos últimos anos, o telejornalismo continua sendo uma das principais formas de obtenção de informação no Brasil. Desta forma, os diferentes modos pelos quais as informações são apresentadas indicam a diversidade do telejornalismo no cenário da televisão brasileira.

È importante lembrar que as diferentes perspectivas e forma de tratamento das notícias são as responsáveis pela maneira pela qual o assunto chega ao telespectador, que busca nos telejornais as informações necessárias para a tomada de decisões e o exercício da cidadania. Considerando as diferenças de modelos de televisão e linha editorial, partimos do pressuposto que, de modo geral, os dois telejornais apresentam diferentes pontos de vista, sobre os assuntos veiculados, inclusive o tema analisado.

1. Grande público e audiência: lógica normativa e lógica comercial

A discussão em torno do grande público leva a conclusões sobre como um canal de televisão organiza a sua programação. A forma como uma emissora encara o seu público está presente desde a linha editorial de seus programas, passando pelos horários da grade de programação até os tipos de gênero dos programas que a TV oferece aos espectadores.

Segundo Wolton (1996), o conceito de grande público possui duas origens. Uma que diz respeito à transformação do povo em massa e o domínio dos números, pelos quais este grande público apresenta-se como um equivalente ao sufrágio universal da política na área

de comunicação. A origem da noção é aquela em que se vê no grande público como sendo o:

> [...] público das mídias de massa. [...] Ele é, ao mesmo tempo, um público numeroso e indistinto socialmente, ou seja, um público cuja composição não obedece estritamente a um corte sociográfico. Continua sendo sempre mais ou menos uma esfinge, cujo mistério aumenta na proporção em que sua composição é sempre instável e de duração muito variável, com o triplo inconveniente de ser de difícil definição, muito instável e de frágil identificação. (WOLTON, 1996, p. 125)

Assim sendo, para Wolton (2004) o grande público é sempre uma "conquista". Na sua concepção, este conceito encontra-se num patamar normativo e se difere da simples soma dos públicos e do tamanho dos públicos, que são critérios quando se confunde público com venda. "O grande público é um conceito, uma representação, uma escolha, uma orientação, um valor, uma vontade. É a tradução, na área da comunicação, do conceito do sufrágio universal na política." (WOLTON, 2004, p. 154).

Nesta linha de pensamento, o citado autor coloca no mesmo nível teórico as expressões televisão generalista, grande público e sufrágio universal. Deste modo, Wolton explica que, embora intangíveis, estes conceitos devem ser sempre buscados pelos que fazem e refletem sobre a TV, pois se encontram no centro do debate da democracia de massa.

No que diz respeito à discussão do grande público, Brandão (2002) cita Mehl (1992) para dizer que é a noção de grande público, que justifica as escolhas dos canais e evoca "uma massa relativamente indiferenciada, unida mais pelas semelhanças do que dividida pelas diferenças" (MEHL, 1992, apud BRANDÃO, 2002, p. 62).

Para os referidos estudiosos, apesar de uma crescente tentativa por parte dos que buscam a legitimação do mercado de fazer uma equivalência entre os conceitos, grande público e audiência possuem diferenças a ponto de as colocarem em grupos de diferentes níveis teóricos. Explicando esta diferença, Wolton (2004) defende que a audiência é, sobretudo, uma resposta à oferta de produtos e pouco diz sobre a verdadeira demanda do público. Com a audimetria, que se torna cada vez mais exata em relação aos números, se coloca em risco uma das estruturas da relação entre o público e a imagem, pela qual existe a necessidade de uma surpresa, gerada através da incerteza da demanda, para que os responsáveis pela produção de conteúdo assumam a responsabilidade de inovar.

Defendendo que a audiência não deve ser o objetivo da televisão, Bourdieu (1997) argumenta que o índice de audiometria deve ser combatido, diferentemente daqueles que defendem esta como uma boa forma de sondagem do público. Assim, ele explica:

> Isso parece muito paradoxal porque as pessoas que defendem o reino do índice de audiência pretendem que não há nada mais democrático [...], que é preciso dar às pessoas a liberdade de julgar, de escolher [...]. o índice de audiência é a sanção do mercado, da economia, isto é, de uma legalidade externa e puramente comercial, e a submissão às exigências desse instrumento de *marketing* é o equivalente exato em matéria de cultura do que é a demagogia orientada pelas pesquisas de opinião em matéria de política. A televisão regida pelo índice de audiência contribui para exercer sobre o consumidor supostamente livre e esclarecido as pressões do mercado, que não tem nada da expressão democrática de uma opinião coletiva esclarecida, racional, de uma razão pública [...] (BOURDIEU, 1997, p. 96-97).

Dessa maneira, temos aqui dois modelos que atendem a lógicas diferentes. Essa é uma das discussões propostas por Wolton (2004). Para ele, a lógica de mercado, tão presente hoje na sociedade de consumo, é ligada ao modelo estrutural básico do liberalismo e capitalismo, que segue a linha da oferta e da demanda. A outra lógica, com a qual se identifica, é normativa; em que são adotados princípios norteadores de maneira a fazer com que o produto que se ofereça seja relacionado com a função social que a televisão deve buscar exercer. Sob essa lógica, a televisão tem como seu principal objetivo o grande público, em sua dimensão, levando em consideração uma heterogeneidade de públicos.

Assim, o autor resume o problema que hoje se tem na televisão quanto à questão de grande público e audiência e, por consequência, a distância entre uma lógica normativa e outra de mercado:

> Cresce a defasagem entre uma demanda potencial que não pode expressar-se, na falta de uma oferta suscetível de fazê-la aparecer, e o conhecimento quantitativo dos públicos por intermédio das medidas de audiência, sem que ninguém perceba. E como a oferta aumenta em volume, sem se diversificar, reforça-se a tendência a estabelecer uma continuidade entre crescimento da oferta, melhor conhecimento das audiências e grande público como soma desses públicos. (p. 155)

Passemos, então, para a análise de como os modelos de televisão se relacionam com estas lógicas, mediante os parâmetros mercadológicos ou normativos quanto ao grande público e as funções de coesão social, identidade nacional e modernidade dentro de uma sociedade de massa.

2. Abordagens sobre a categorização do telejornal: gêneros e centração tópica

Um dos recursos utilizados para a análise de textos no telejornalismo é a categorização dos gêneros. Esta questão é tratada de diferentes maneiras pelos estudiosos da comunicação social e da perspectiva bakhtiniana, as quais buscaremos tratar resumidamente nesta seção.

Do ponto de vista da Comunicação Social, utilizamos um levantamento de estudos feito pelo professor de ciências da linguagem da Universidade Sul de Santa Catarina Adair Bonini (2003) sobre como a respectiva área estuda a questão de gêneros, no caso específico do jornal impresso. O autor afirma que a literatura da área da comunicação entende gêneros de maneiras diferentes.

> Tanto são entendidos gêneros os textos relacionados a uma prática discursiva (de ocorrência empírica, como a notícia e a reportagem) quanto traços que representam categorias mais amplas e de caráter tipológico, como é o caso dos gêneros diversionais, utilitários e formais [...] (BONINI, 2003, p. 209).

Os estudos de gêneros em telejornalismo são baseados na literatura acadêmica sobre oriunda do jornal impresso. Na linha de pensamento que busca categorizar os gêneros telejornalísticos como tipologias, Rezende (2000) toma como base o modelo desenvolvido por José Marques de Melo no meio impresso, propõe uma classificação em dois tipos de jornalismo que se aplicam ao telejornal. De acordo com ele, são critérios para estabelecer uma classificação dos formatos de notícia no telejornal a intencionalidade e a estrutura do relato jornalístico.

Desta forma, ele chega às categorias tipológicas: opinativa e informativa. Assim, Rezende (2000) classifica os seguintes formatos de notícia como pertencentes ao gênero informativo: nota, notícia, reportagem, entrevista e indicador. Quanto ao gênero opinativo, estão inseridos: o editorial, o comentário e a crônica. Em estudo baseado nesta linha da presença da opinião apenas em formatos específicos do telejornal, Têmer (2009) realiza uma um levantamento quantitativo da presença de editoriais, comentários e crônicas nos telejornais nacionais da Rede Globo.

Tanto Rezende (2000) como Machado (2000) fazem observações que julgamos de grande relevância para nossa pesquisa, mas que, no entanto, foram colocadas em segundo plano pelos autores. Elas dizem respeito ao perigo de se fazer uma distinção rigorosa entre opinião e informação.

> A literatura sobre o assunto alerta que não se pode fixar limites rigorosos entre os gêneros jornalísticos. Os gêneros opinativos não excluem o que seria próprio do informativo: o relato objetivo do fato, o dado bruto. Por

> outro lado, nas matérias informativas, a opinião, às vezes quando não explícita, subjaz implicitamente no decorrer de todas as filtragens que compõem o processo de produção jornalística: a elaboração da pauta, a copidescagem, a edição de notícias, a angulação, inconsciente ou não, com que o jornalista vê o acontecimento (REZENDE, 2000, p. 156).

Com o objetivo de demonstrar a incidência desta premissa, em estudo baseado em corpus da mídia impressa, cujos resultados podem ser transpostos ao contexto dos telejornais, Marcuschi (1991) constata que "toda informação é produzida dentro de algum sistema que não se ignora a si próprio, veiculando implicitamente uma interpretação qualquer" (p. 78). Dentro desta perspectiva, ele delimita três tipos de interpretação que são necessárias para entender a forma como uma notícia é apresentada ao espectador.

> (a) **interpretação explícita**, em que há um comentário feito pelo redator da notícia;
> (b) **interpretação implícita**, que é feita pela seleção de verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional;
> (c) **interpretação pela seleção** do que é informado. [...] A simples seleção é […] um tipo especial de interpretação pelo interesse. (MARCUSCHI, 1991, p. 78)

O citado autor ressalta que "a atividade jornalística não é apenas expositiva, mas analítica e interpretativa" (MARCUSCHI, 1991, p. 74).

Nesta direção, Faraco e Tezza são mais incisivos e afirmam que é necessário ter atenção

> [...] ao fato de que não existe "informação pura". Toda informação é interessada, e implica uma relação viva entre quem informa e quem é informado, cujos interesses e pontos de vista são elementos constitutivos de toda enunciação - de tudo que dizemos, ouvimos, lemos, escrevemos. A simples escolha do que se vai informar já indica um ponto de vista sobre o que é relevante e o que não é relevante (FARACO, 2003, p. 180).

Sob a perspectiva bakhtiana, que vê na natureza dialógica a principal característica do discurso, a concretização dos discursos é feita a partir dos gêneros discursivos. Sobre a categorização dos discursos, Dominique Maingueneau (2008) afirma que os gêneros estão condicionados as circunstâncias sócio-históricas e podem ser classificados com base, entre outros critérios, em suas tipologias enunciativas e comunicacionais. Apesar da diferenciação, o autor esclarece que não deve haver a dissociação entre função social e funcionamentos linguísticos. O próprio Bakhtin defende que a linguística deveria articular o

linguístico e o social, relacionando a linguagem à ideologia (BRANDÃO, 2004, apud SANTOS, 2012, p. 30).

Nesta linha de pensamento, Marcuschi (2003) propõe que gêneros textuais se definem por aspectos sócio-comunicativos e funcionais, que se integram à cultura em que são desenvolvidos. Já, quando se estuda a natureza lingüística de composição de um texto e as sequências de enunciados, cabe a expressão tipo textual. Temos assim, que os gêneros textuais são principalmente atividades sócio-discursivas que

> [...] operam em: certos contextos, como formas de legitimação discursiva, já que se situam numa relação sócio-histórica com fontes de produção que lhes dão sustentação muito além da justificativa individual (MARCUSCHI, 2003, p. 29).

O referido autor faz a ressalva de que colocar gênero em um contexto mais amplo não significa desprezar a forma do texto. As propriedades lingüísticas são, em muitos casos, os agentes determinantes dos gêneros textuais. Nessa perspectiva, Marcushi afirma que tanto os tipos textuais, como a função e ainda o suporte midiático podem ser considerados para a definição de um gênero textual. Assim, um gênero textual pode conter em sua forma mais de um tipo textual, assim como constata a análise do gênero carta realizada pelo autor.

Diferentemente do que acontece com os tipos textuais, os gêneros não são tão estáveis e podem ser inúmeros. Transformações sócio-econômicas, comunicacionais, tecnológicas, entre outras, podem extinguir ou reduzir a utilização de um gênero, assim como criar outros.

É na perspectiva da utilização dos critérios de função social, propriedades linguísticas e também do suporte que entendemos que não há uma divisão entre os gêneros telejornalísticos em opinativo e informativo. Outra razão para essa escolha é também a já mencionada rigidez desta divisão, que não chega a considerar a interpretação presente, inclusive em formatos considerados informativos.

Mesmo nos estudos linguísticos sobre o assunto, que consideram a mutabilidade dos gêneros discursivos, parece haver uma opção por estudar os gêneros jornalísticos a fim de categorizá-los com base apenas no conjunto de características das quais se constituam.

Por entendemos que esta perspectiva de análise não se faz adequada para nosso estudo, para identificar os diferentes pontos de vista na abordagem de um mesmo tema pos dois Tj´s distintos, utilizaremos uma forma de análise para “a qual os temas abordados no contexto jornalísticos não são identificados única e exclusivamente pelo seu teor e sim pela

sua centração tópica, que para Jubran *et al* (2006) abrange: a) a concernência, b) a relevância e c) a pontuação" (NILO, 2008, p. 102).

3. Descrevendo um gênero audiovisual

A respeito da organização dos programas, os dois telejornais se estruturam em quatro blocos, com intervalos de anúncios entre eles e vão ao ar de segunda-feira a sábado. Porém, encontramos algumas diferenças entre eles quanto à forma de composição da estrutura do noticiário.

A primeira é a que o Jornal da Cultura, diferentemente do Jornal Nacional e de vários outros telejornais brasileiros, é apresentado por apenas uma apresentadora que desempenha a função de editor-chefe do telejornal e, portanto, pode ser chamada de âncora do programa. Já o JN tem, desde sua origem, dois apresentadores em sua bancada. O apresentador é também editor-chefe do telejornal, enquanto a apresentadora assume ainda a produção executiva.

Outra diferença na estrutura dos dois telejornais é a presença de comentaristas. Enquanto o JN recorre eventualmente aos comentários destes profissionais, e destaca importância de um determinado assunto, o JC adota essa prática sistematicamente. Todas as edições do Jornal da Cultura contam com a presença de dois comentaristas na bancada, que fazem considerações a respeito de quase todos os assuntos veiculados no telejornal, instigados por perguntas ou comentários da apresentadora. Vários dos comentaristas, mesmo que não sejam especialistas, participam quinzenalmente. Comentam assuntos com base, muitas vezes, na formação profissional de cada um. Mas, a depender da relevância de um assunto, convida-se pelo menos um especialista, como foi o caso de uma das edições analisadas.

A terceira distinção que apontamos é a forma pela qual a escalada[4] é veiculada nos telejornais. O Jornal Nacional tem a escalada revezada pelos dois apresentadores, com plano fechado no início da fala de cada um deles e imagens preenchendo alguns momentos das falas[5]. O Jornal da Cultura, por sua vez, apresenta o principal assunto do dia de forma mais extensa na escalada, com informações relativas às reportagens a serem veiculadas, na seqüência e destaque para a abordagem de assuntos que serão discutidos e debatidos adiante.

[4] Principais notícias das edições, que são destacadas no início dos programas.
[5] Teaser no glossário de TJ significa uma chamada com um recurso provocador, a exemplo da veiculação de takes ilustrativos.

Ainda sobre a estrutura dos telejornais, fazemos uma última observação quanto à forma de finalização de suas respectivas edições que, apesar de se darem de formas diferentes, revelam uma semelhança entre as narrativas dos telejornais. O JN finaliza a edição, em geral, com uma notícia tida como positiva, geralmente sobre esportes e, nas edições analisadas, com informações sobre a cobertura do Conclave. O Jornal da Cultura, de forma diferente, finaliza o telejornal com o que é chamado pelos apresentadores de "nosso boa-noite especial", que consiste em um VT com imagens e fundo musical que buscam homenagear uma atitude, uma pessoa ou tema. Dizemos que demonstra uma semelhança pelo fato de, nos dois casos, a finalização do telejornal recorrer a uma tônica sentimental, com o tradicional *happy end,* apontado por estudiosos dos programas jornalísticos da TV.

Como meio de facilitar a análise dos objetos e identificar os aspectos da centração tópica, que nos levaram à observação das perspectivas apresentadas no tratamento dos assuntos feitas por cada telejornal, foi realizada a *decupagem* das nossas unidades de análise, de acordo com o modelo proposto por Nilo (2008), que se baseia tanto nas regras do Nurc, Norma Linguísticas Urbana Culta, quanto nas instruções dos manuais de telejornais. Este modelo contempla as especificidades do gênero audiovisual, ou seja, multimodal, que reúne imagens, sons musicais e/ou de ambiente, fala espontânea e/ou editada, legendas escritas e, ainda, textos escritos que são lidos, transformando-se, assim, em oralidade.

4. Análise dos aspectos da centração tópica da polêmica em torno da Presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara de deputados

A eleição do deputado-pastor, denominação comum na mídia, Marcos Feliciano para presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minoria da Câmara de deputados constitui-se no chamado supertópico de destaque em ambos os telejornais; JN e JC. Na edição do dia 12/03, o tópico central sobre o assunto foi o pedido ao Supremo Tribunal Federal feito por parlamentares de anular a eleição para presidência da comissão. Os dois telejornais apresentaram a concernência do assunto de forma semelhante, no sentido de que introduziram primeiro o tópico do pedido dos parlamentares.

Na cabeça, que antecede a nota coberta[6], a informação prestada é a de que os deputados pediram a anulação da eleição do parlamentar como presidente da referida comissão. Sobre a concernência é importante destacar ainda que, mesmo sem ser especificamente objeto deste trabalho, a nota coberta trouxe o motivo alegado pelos parlamentares que solicitaram a anulação da eleição e os partidos dos deputados que assinam. Outro tópico tratado foi à existência de protestos em várias cidades que pedem a retirada do presidente da comissão.

O JC destacou o assunto da seguinte maneira em sua escalada:

Jornal da Cultura: *Grupo de parlamentares recorre ao Supremo para tirar o deputado Marcos Feliciano da Comissão de Direitos Humanos*. (Escalada)

O JN trouxe a matéria no primeiro bloco, sem mencioná-lo na escalada, como o terceiro assunto a ser tratado e um dos três assuntos, de âmbito nacional, veiculados na edição do dia 12/03. Em nota coberta, o texto sobre o assunto foi o seguinte.

Jornal Nacional

Bonner: *Oito parlamentares pediram hoje para o Supremo Tribunal Federal anular a sessão que elegeu o deputado pastor Marcos Feliciano, do PSC, para presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara. Dentro e fora do Congresso, manifestantes fizeram novos protestos contra a eleição. Os líderes dos partidos deixaram para o PSC a decisão de substituir ou não o deputado, que no passado fez declarações contra homossexuais e contra negros. O partido manteve Feliciano no cargo. Ele nega que seja racista e homófobo.*

O foco do supertópico no Jornal da Cultura foi estabelecido na questão do pedido dos parlamentares. Durante a discussão sobre o assunto, demonstrou-se claramente a posição do jornal em relação ao tema. Âncora e comentaristas focaram na possibilidade das manifestações contra a presidência do pastor, seja através do pedido judicial ou das manifestações públicas espalhadas pelo Brasil, resultarem na saída do deputado da presidência da Comissão. Dentro desta perspectiva, foi mencionada a probabilidade do próprio partido ou da própria Igreja tomarem atitudes de pedir a retirada do pastor da presidência, diante da imagem polêmica, para não dizer, negativa que o pastor vem

[6] "Nota cuja a cabeça é lida pelo apresentador e o texto seguinte é coberto com imagens. Esta nota pode ser gravada ou ao vivo" . (UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO, **Manual de Redação**. Disponível em < http://jornal.metodista.br/tele/manual/glossario.htm>. Acesso em: 06 abr 2013.

emprestando às duas instituições. Sobre o assunto, ainda foram utilizadas metáfora e ironia por parte dos comentaristas com o objetivo de demonstrar a incompatibilidade das posições do pastor com a matéria da Comissão de Direitos Humanos e Minorias do Congresso. O assunto foi tratado pela apresentadora Maria Cristina Polli e pelos comentarias Paulo Saudiva, médico e professor da USP, e Fernando Sampaio, economista.

Polli: *Vocês acreditam que tudo pode realmente conter esse deputado? Pode ajudar a gente ficar livre dele da comissão?*
Saudiva: *Eu acho que mais do que a questão judicial do recurso no Supremo, eu acho que o próprio partido, com medo do desgaste político de ter uma pessoa com esse perfil numa liderança importante com a de Direitos Humanos.*
Polli: *A Igreja, não é Saudiva. Também pode ser?*
Saudiva: *É, a igreja também pode falar assim: "nós estamos transferindo para a Assembleia de Deus uma rejeição que talvez não mereçamos". E o Congresso faltou um pouco de, não é novo isso, faltou uma certa sensibilidade para colocar uma pessoa que posições assumidas muito difíceis de serem sustentadas numa comissão de direitos humanos.*
Sampaio: *Acho que, fazendo uma brincadeira, podia propor a alguns dos deputados que saiu da comissão poderia fazer um estágio comandando a igreja do pastor ou o partido do pastor só para ele ver o grau de incompatibilidade que está sendo colocado. É um inimigo das causas que aquela comissão tem por tarefa defender.*
Saudiva: *Não é uma boa escolha.*
Polli: *Você ia falar outra coisa.*
Saudiva: *Eu ia falar que eu li a melhor matéria sobre. Uma das matérias legais que eu vi foi no Piauí Herald que fala que bastava mudar o nome da comissão para comissão de preconceitos humanos que aí teríamos a pessoa certa no lugar certo.*

O JN optou por fazer uma chamada no estilo *teaser*. O texto trouxe a informação do recurso contra eleição do deputado sem falar no motivo do pedido. A nota também mencionou os protestos dentro e fora do Congresso, o fato de que a decisão de retirar o deputado ou não da presidência foi deixada para o seu próprio partido e o fato de ele ter feito declarações contra negros e homossexuais. O final da nota traz a alegação do deputado sobre o assunto: "Ele nega que seja racista e homófobo".

Na edição do dia 13/03, os dois telejornais trouxeram notícia sobre o tema, já com o tópico central sendo a confusão na primeira reunião da comissão. Tanto o Jornal da Cultura como o Jornal Nacional utilizaram VTs para tratar do tema. O Jornal da Cultura se referiu à primeira reunião da comissão e a impossibilidade de se discutir assuntos, com o relato da confusão causada pelos protestos dos dois lados e os desentendimentos nervosos entre defensores e adversários da presidência do deputado-pastor. Também foi tópico da matéria a alegação do pastor e a divulgação dos nomes e partidos dos deputados que votaram a favor do pastor à presidência da Comissão.

O Jornal Nacional, por sua vez, apresentou matéria em que destacou as confusões ocorridas na reunião com acontecimentos narrados em sua ordem cronológica. Outro tópico existente foi a denúncia do Jornal O Estado de São Paulo sobre a manutenção, por parte do deputado, de assessores parlamentares que não cumpriam expedientes.

A relevância do assunto pode ser demonstrada nos dois telejornais. O JC o elegeu como assunto de importância para ser tratado em matéria separada do giro nacional e um dos primeiros veiculados após a discussão sobre a eleição do novo papa, além de tê-lo destacado em chamada no fim de bloco.

Jornal da Cultura: *Primeira reunião da Comissão de Direitos Humanos da Câmara tem confusão e bate-boca*. (Chamada)

O JN destacou a relevância do assunto ao colocá-lo na escalada do telejornal.

Jornal Nacional: *Termina em bate-boca a reunião presidida pelo deputado acusado de homofobia*. (Escalada)

Quanto ao foco da apresentação dos telejornais sobre o tema, podemos perceber nos textos que antecedem as reportagens sobre o assunto, que este foi centrado na abordagem da confusão ocorrida na reunião. É importante destacar o foco dos enunciados após a veiculação das reportagens. No Jornal Nacional, o texto do apresentador pontuou a explicação da Câmara de Deputados sobre a fiscalização da frequência dos assessores parlamentares ser realizada pelo próprio deputado e a possibilidade do trabalho ser realizado no estado pelo qual o deputado foi eleito. Esta informação justifica a declaração prestada por um pastor contratado como assessor do deputado que não trabalha em Brasília.

O JC trouxe a importância de se divulgar os nomes dos deputados que votaram em Marco Feliciano para a presidência da Comissão e, através deste comentário da apresentadora, ressaltou-se a importância do eleitor estar atento. Um dos comentaristas

destacou a necessidade de se criar uma cultura dos parlamentares ouvirem a opinião pública e dos eleitores fiscalizarem as ações dos políticos eleitos. Houve ainda uma ponderação de que no país existem muitas pessoas que pensam como o deputado-pastor.

Através da análise das perspectivas a respeito do assunto nos dois telejornais é possível perceber que o Jornal da Cultura, nos dois momentos em que tratou do tema, posicionou-se claramente a favor da idéia de que haja incompatibilidade na presidência do deputado em tal comissão, apesar de mencionar na reportagem a alegação, do próprio pastor, de que não seria homofóbico.

Embora o Jornal Nacional não tenha demonstrado explicitamente uma opinião a respeito do tema e também tenha referido-se à alegação do pastor dentro de seus textos de destaque, podemos observar que houve um tom crítico ao relatar que: "Os líderes dos partidos deixaram para o PSC a decisão de substituir ou não o deputado". Apesar de não ser nosso objeto de pesquisa, ressaltamos que esta crítica foi percebida através do tom e do destaque dessa informação. O que não aconteceu neste telejornal foi uma abertura para outras perspectivas sobre o tema, além das acusações e defesas do deputado.

A perspectiva apresentada pelo JC sobre a necessidade do que eles chamaram de um "caminho duplo" entre parlamentares e público vai ao encontro do papel de uma televisão pública, cuja missão educativa e cultural baseia-se no fomento à discussão mais ampla dos temas tratados. Esta perspectiva foi trazida graças ao modelo de apresentação do telejornal, mencionado anteriormente, que se caracteriza por discorrer e comentar quase todos os assuntos veiculados na edição do telejornal.

Não deixamos de salientar também a informação adicional sobre o assunto trazida pelo Jornal Nacional, relativa à denúncia do jornal O Estado de SP sobre a contratação de pastores como assessores parlamentares pelo deputado em questão e o fato de eles não cumprirem expediente em Brasília. Observamos, no entanto, que a acusação foi refutada tanto na reportagem quanto na nota-pé que a segue, pela menção ao fato da fiscalização da presença ao trabalho ser realizada pelo próprio deputado e, ainda, ao fato do cumprimento de expediente fora da capital federal estar de acordo com as normas da Câmara.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O telejornalismo, como produto da televisão e do jornalismo, deve procurar estar alinhado com o interesse público e, ao apresentar as notícias, se preocupar com as várias perspectivas e pontos de vista que o fato envolve. As condicionantes mercadológicas e

políticas a que o telejornalismo está sujeito, bem como a característica multimodal do meio televisivo, intervém na forma e no conteúdo das mensagens jornalísticas.

Deste modo, procedemos a uma análise contrastiva da forma pela qual se deu à cobertura em torno da polêmica da presidência da Comissão em dois telejornais de diferentes modelos de televisão, que por sua vez, apresentam formatos distintos de telejornal. De modo geral, tanto o Jornal da Cultura quanto o Jornal Nacional manifestam, na materialidade de seus textos, as características das linhas editoriais e modelos de televisão aos quais pertencem, respectivamente a TV Cultura (pública) e Rede Globo de Televisão (privada) de televisão. Porém a diferença destes contextos televisivos torna-se visível mediante a constatação de que o Jornal da Cultura realiza análise das notícias veiculadas, faz comentários e emite opinião de forma mais explícita, enquanto que o Jornal Nacional apresenta as suas opiniões, sobre os diferentes assuntos, de modo menos explícito.

Nesse sentido, observamos que a cobertura dos dois telejornais, às polêmicas em torno da presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, diferenciou-se principalmente na clara tomada de posição do Jornal da Cultura que, através dos comentários da apresentadora e dos convidados na bancada, explicita a incompatibilidade entre o objeto da comissão e as posições do deputado-pastor Marco Feliciano. Já o Jornal Nacional não deixou clara uma opinião a respeito do assunto. Uma perspectiva diferenciada trazida pelo JC, ao mencionar os nomes que elegeram o deputado para presidente da comissão, foi à defesa de uma ação, referida como "um caminho duplo" entre os políticos e os eleitores, no sentido de que a opinião pública tem que ser ouvida e de que os eleitores devem fiscalizar a ação dos parlamentares que elegem.

Referências Bibliográficas

BONINI, Adair. **Os gêneros no jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil?** In: Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, v.4, n.1, p. 205-231, jul/dez 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BRANDÃO, Nuno Goulart. **O Espetáculo das Notícias: A televisão generalista e a abertura dos telejornais**. Lisboa: Editorial Notícias, 2002

FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. **Oficina de Texto**. São Paulo: Vozes, 2003.

MACHADO, Arlindo. A televisão levada a sério. São Paulo: Editora SENAR São Paulo, 2000.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 4ª ed. Tradução de Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCUSCHI, Luis Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade.** In: DIONISIO, Ângela Paiva et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2003, p. 20-36.

NILO, Adriana Tigre Lacerda. **Intertextualidade e polifonia nas televisões pública e privada: análise textual-discursiva dos telejornais Cultura Noite (TV Cultura) e Jornal Nacional (TV Globo).** Campinas-SP, 2008. 207 p. Tese (doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem – IEL, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

REZENDE, Guilherme Jorge. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

SANTOS, Pablo Phillipe Cândido dos. **Hugo Chávez no foco da mídia: análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital.** Palmas-TO, 2012, 90 p. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) Graduação em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo Universidade Federal do Tocantins - UFT, 2012.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. A opinião no telejornalismo: uma análise sobre um gênero relutante. In: PINTO, Aroldo José Abreu; SOUZA, Shirlene Rohr de (org.). **Opinião na mídia contemporânea**. São Paulo: Arte e Ciência, 2009. p. 103-121.

WOLTON, Dominique. **Elogio do Grande Público.** Uma Teoria Crítica da TV. São Paulo: Ática, 1996.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora UNB, 2004.